

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDREI EDUARDO BAJERSKI

**ANALISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO
EM DIREITOS HUMANOS**

**CURITIBA
2015**

ANDREI EDUARDO BAJERSKI



**ANALISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO
EM DIREITOS HUMANOS**

Monografia apresentada para conclusão
do Curso de Especialização em Educação
em Direitos Humanos da Universidade
Federal do Paraná.

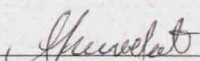
Orientador: Prof. Dr. Afonso Takao Murata

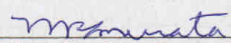
**CURITIBA
2015**

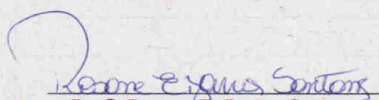
PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

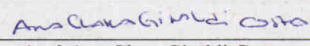
Os membros da Banca Examinadora designada pelo **Orientador** Prof^o. Dr^o. **AFONSO TAKAO MURATA** realizaram em 04/07/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do estudante **ANDREI BAJERSKI**, sob o título **“Educação em direitos humanos: perfil da produção científica no Brasil”**, para obtenção do Título de Especialista em **Educação em Direitos Humanos** pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido nota “ 9,8 ”, conceito “ APL ”.

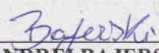
Pontal do Paraná, 04 de julho de 2015.


Prof. Dr. Afonso Takao Murata
Orientadora - Professora do Curso de
Especialização Educação em Direitos
Humanos – Pólo Irati


Prof. Dr^a Marília Pinto Ferreira Murata
Professora Supervisora do Curso de
Especialização Educação em Direitos Humanos


Prof. Rosane E. Barros Santana
Tutora do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo
Pontal do Paraná


Agr^o Ana Clara Giraldo Costa
Mestranda do programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento Territorial Sustentável


ANDREI BAJERSKI
Estudante do Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos
UFPR Setor Litoral

LEGENDA DE CONCEITOS	APL = Aprendizagem Plena	APs = Aprendizagem Parcialmente suficiente
	As = Aprendizagem Suficiente	AI = Aprendizagem Insuficiente

SUMÁRIO

LISTAS.....	iv
RESUMO.....	v
1. INTRODUÇÃO.....	05
2. DESENVOLVIMENTO.....	07
3. METODOLOGIA	10
4. RESULTADOS.....	12
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
6. REFERÊNCIAS.....	21

LISTAS

FIGURA 01. Numero de autores observados nos 40 artigos científicos obtidos na base de dados da biblioteca eletrônica <i>SciELO</i> a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”.....	13
FIGURA 02. Titulação dos autores encontrados nos 40 artigos científicos obtidos na base de dados da biblioteca eletrônica <i>SciELO</i> a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”.....	14
FIGURA 03 Localização dos autores nos 40 artigos científicos obtidos na base de dados da biblioteca eletrônica <i>SciELO</i> a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”.....	15
FIGURA 04 Quantidade de referências nos 40 artigos científicos obtidos na base de dados da biblioteca eletrônica <i>SciELO</i> a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”.....	16
FIGURA 05 Fontes das referências dos 40 artigos científicos obtidos na base de dados da biblioteca eletrônica <i>SciELO</i> a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”.....	17
FIGURA 06 Ano de publicação dos 40 artigos científicos obtidos na base de dados da biblioteca eletrônica <i>SciELO</i> a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”.....	18
FIGURA 07. Análise temática dos 40 artigos científicos obtidos na base de dados da biblioteca eletrônica <i>SciELO</i> a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”.....	19

RESUMO

Diversos acontecimentos na história da humanidade, especialmente no século XX, suscitaram as discussões no campo dos Direitos Humanos, culminando na criação de órgãos e entidades visando lutar pela garantia do respeito à dignidade das pessoas, e leis que regulamentem e especifiquem quais são esses direitos. A Educação em Direitos Humanos consiste na formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, por meio de ações que promovam valores como igualdade, justiça, solidariedade, liberdade, cooperação, paz, tolerância, entre outros, fundamentalmente capazes de gerar um convívio social harmônico. Nesse sentido, diversos/as autores/as vêm se debruçando sobre o tema, motivando o desenvolvimento desse estudo a fim de traçar o perfil da produção científica no Brasil através de uma análise bibliométrica. Para tanto, foram analisados 40 artigos científicos na base de dados da biblioteca eletrônica *SciELO* a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”. Foi observado um total de 65 autores, perfazendo uma média de 1,6 autores por artigo. A maioria dos artigos foi escrito por apenas um/a autor/a, sendo que a minoria é do sexo masculino. 62% são doutores e a maioria está localizado/a na região sudeste do Brasil. 22% dos/as autores/as estão localizados no exterior e um dado interessante é que 98% dos artigos foram enquadrados como qualitativos. As referências de todos os artigos totalizaram 734, perfazendo uma média de 18,35 referências por artigo, evidenciando 70,57% de origem nacional. Outros dados importantes são que a maioria dos artigos foi escrito no período de 2011 a 2015 e a principal área temática observada foi a Direitos Humanos e Educação (32,5%).

Palavras-chave: Bibliometria. Educação. Direitos Humanos.

1. INTRODUÇÃO

A história da humanidade revela diversos momentos nos quais ocorreram guerras, genocídios, dominações, autoritarismos em várias situações e localizações pelo mundo, demonstrando um alto grau de violência contra as pessoas, contra algo fundamental de cada um que deve ser preservado: a dignidade humana.

A mídia, precipuamente a televisiva, esporadicamente trata de tais assuntos e expõe os diversos tipos de violência que os indivíduos podem sofrer.

Do ponto de vista teórico, sempre defendi — e continuo a defender fortalecido por novos argumentos — que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas (BOBBIO, 2004, pg. 9).

Esses momentos deixaram claro o quão necessário seria o desenvolvimento de ações na defesa dos Direitos Humanos para que tais situações não se repetissem. Nesse sentido, em 1948 foi lançada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a qual representou um marco para a sociedade civil no sentido de proteger as pessoas de novos ataques contra a sua dignidade, por qualquer motivo.

Diante das atrocidades observadas na história, e da DUDH, paulatinamente surgem movimentos direcionados na luta em defesa dos direitos, como os movimentos ambientalistas, de gênero, étnicos, entre outros, instigando as pessoas ao desenvolvimento de um pensamento crítico e apropriação dos DH pela população (ADAMS, 2010).

Muitos dos desrespeitos aos Direitos Humanos ocorreram no século XX, concomitantemente com o surgimento da DUDH, pode-se afirmar que os DH são uma construção da modernidade e que estão relacionados aos processos e valores que a modernidade propôs (CANDAUI, 2008).

Os Direitos Humanos podem e devem ser trabalhados enquanto educação, a fim de serem discutidos e esclarecidos, principalmente no contexto escolar, seja ele básico ou superior.

A Educação em Direitos Humanos (EDH), de acordo com Benevides (2003) consiste na formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, por meio de ações que promovem valores como igualdade, justiça, solidariedade, liberdade, cooperação, paz, tolerância, entre outros, fundamentalmente capazes de gerar um convívio social harmônico.

De acordo com UFPB (2008, pg 26),

A dignidade é um valor incondicional (ela deve existir independentemente de qualquer coisa), incomensurável (não se pode medir ou avaliar sua extensão), insubstituível (nada pode ocupar seu lugar de importância na nossa vida), e não admite equivalente (ela está acima de qualquer outro princípio ou ideia). Trata-se de algo que possui uma dimensão qualitativa, jamais quantitativa. A dignidade possui um valor intrínseco, por isso uma pessoa não pode ter mais dignidade do que outra.

Essa cultura, como destaca Benevides (2003), não deve ser encarada apenas como algo tradicional, de valorização e manutenção dos costumes das tradições, dos valores, mas principalmente de mudança radical de atitudes quanto ao respeito e valorização da dignidade humana no contexto brasileiro. Tal entendimento é importante a fim de não tratar a EDH como algo estanque, imóvel, mas que requer o agir, a ação constante na luta contra toda e qualquer forma de violência.

A discussão em torno da Educação enquanto um direito humano fundamental é algo que vem sendo objeto de discussão no decorrer da história, e de acordo com Dias (2007) dois momentos na história da humanidade tiveram importância ímpar nesse contexto: o primeiro deles foi a Revolução Francesa ocorrida no século XVIII, através da qual foi redigida a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, admitida pela Convenção Nacional Francesa em 1793.

O outro marco na história foi a Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, a qual afirma que toda pessoa terá o direito à instrução, gratuita e pelo menos nos graus elementares, sendo esta obrigatória. Desse modo, fica claro que o direito à educação como algo fundamental fez parte de muitos momentos marcantes da história do homem.

Todavia, foi somente mais tarde que os Direitos Humanos passaram a ser discutidos levando em consideração a Educação como um importante instrumento de esclarecimento, assim como aponta a autora, tendo como um importante marco a

Conferência Mundial sobre DH realizada em 1993 em Viena. Esse momento também significa um marco para a temática e reforça para a necessidade de não somente se discutir sobre os DH, mas educar para os DH nos mais diversos contextos, precipuamente no ambiente escolar.

O interesse em se tratar das informações de artigos científicos na área de Educação em Direitos Humanos advém do fato, primeiramente, dessa área ser objeto de interesse desde 2011 quando participei do Curso de Extensão em Educação em Direitos Humanos ofertado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). A partir de então, essa temática tem sido objeto de observação e trato em sala de aula na minha prática pedagógica. A participação enquanto tutor presencial no Curso de Extensão em Educação em Direitos Humanos promovido pela UFPR em 2014 também constitui fonte de motivação para desenvolver o trabalho com essa abordagem.

A relevância de pesquisas com essa abordagem está em demonstrar o direcionamento hodierno das pesquisas, através da investigação, análise e descrição dos dados das pesquisas na área supracitada. Isto viabiliza discussões e instrumentaliza a atividade docente e discente quanto ao que vem sendo produzido em termos de pesquisa no referido campo de estudo.

Isso posto, surgiu o seguinte problema de pesquisa: qual é o perfil das publicações em Educação em Direitos Humanos na biblioteca eletrônica *SciELO* (Scientific Electronic Library Online)?

Neste sentido esta pesquisa teve como objetivo traçar um perfil da produção acadêmica em Educação em Direitos Humanos considerando a base de dados SCIELO. Durante a realização da atual pesquisa não foram encontrados estudos de revisão bibliométrica abordando o tema da Educação em Direitos Humanos na base de dados consultada.

2. DESENVOLVIMENTO

A Educação em Direitos Humanos

A educação constitui-se como um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal brasileira de 1988 e é um poderoso instrumento para assegurar

outros direitos. Notadamente a EDH possibilita a construção de conhecimentos e contribui para o exercício da cidadania. Diante disso, o PNEDH se tornou uma referência significativa da política educacional voltada para a promoção da cultura dos DH, com destaque para a preocupação com a formação de professores habilitados para tratar do assunto e que valorizem o espaço escolar e não escolar como campo fértil para a formação em Direitos Humanos (UFPB, 2008).

Se a educação é um item obrigatório no âmbito nacional, o tratamento da EDH deve receber igual significância, a fim de divulgar e instigar as pessoas para que vivam respeitando o outro, suas características pessoais, sua cultura e suas opções comportamentais, minimizando ou quiçá extinguindo todas as formas de violência e opressão.

De acordo com Claude (2005), a educação pode ser encarada como um direito humano, pois é parte integrante da dignidade humana e tem a capacidade de desenvolver e ampliar os conhecimentos, os saberes e o discernimento. A EDH acrescenta o autor, é uma estratégia de longo prazo para as próximas gerações e, não pode ser deixada de lado diante de pessoas impacientes por resultados rápidos na sociedade.

Abordar o tema Direitos Humanos com cunho pedagógico a fim de transformar paulatinamente a realidade social no sentido de minimizar ou quiçá extinguir toda e qualquer forma de preconceito, violência, enfim, ações e/ou omissões que venham a ferir a dignidade humana, é algo elementar e deve ser explorado nos bancos escolares de todos os níveis.

Nesse sentido, os profissionais envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem nos níveis básico e superior são convidados a desenvolver programas de treinamento e materiais didáticos abordando a temática, e também a incluir em seus programas de ensino e em seus currículos os propósitos e objetivos da EDH (MAIA, 2007).

Além disso, o autor destaca que tratar desse assunto visando à transformação social não pode ficar restrito a educação formal, realizada nas salas de aula de escolas e universidades, mas deve fazer parte do cotidiano das pessoas. As possibilidades são muitas, podendo ser realizadas campanhas de conscientização sobre os DH pelo poder público em locais com grande fluxo de

peessoas; pelos órgãos de defesa das pessoas mais vulneráveis ou grupos de interesse por meio da mídia, entre outras alternativas.

Apesar das crescentes discussões acerca do assunto, e mais especificamente sobre a Educação em Direitos Humanos, pode-se deparar na sociedade com distintas concepções, as quais muitas vezes carregam consigo ideias equivocadas sobre o tema. Soares (2013) ressalta sobre o quão relevante é situar os DH esclarecendo seus fundamentos e reais propostas de defesa. Segundo ela, talvez a juventude de hoje não tenha ideia da relação entre a Ditadura Militar vivida pelo Brasil no século passado e os DH, todavia aqui reside a importância da EDH nesse sentido.

Tratar do assunto, portanto, requer um mínimo de estudo e compreensão das propostas, conceitos e fundamentos da EDH. Um dos documentos mais meritoriosos é o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), o qual foi elaborado em 2003 e revisado em 2006, pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Com o passar dos anos, foram surgindo pelo mundo organizações em defesa dos DH até culminar no período de 1995 a 2004 com a década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos, e na avaliação ao final do trabalho desenvolvido foi constatada a presença de programas de EDH em distintos países, principalmente pelo apoio e assistência técnica da ONU e de órgãos regionais (CLAUDE, 2005).

Vale destacar que a EDH não é sinônimo de Educação para a cidadania. Esta, apesar das discrepâncias nas concepções apresentadas nos documentos de diferentes órgãos públicos e privadas, não significa apenas uma educação voltado para o civismo, para o patriotismo, para o culto cego à bandeira nacional, ao hino e aos símbolos que identificam o país. Deve ser visualizada enquanto ferramenta de desenvolvimento para a formação de cidadãos participativos e ativos no cenário político, transformadores da sua realidade, que lutam pelos direitos e por uma vida digna.

Sendo assim, uma Educação para a cidadania pode contribuir com a EDH ao passo que, se nesta os indivíduos recebem os conhecimentos necessários a fim rejeitarem qualquer discriminação e violência, através da primeira eles serão

formados para a ação, para a não aceitação de situações degradantes e injustas do ponto de vista dos Direitos Humanos (BENEVIDES, 2003).

Em seu artigo intitulado “Direitos Humanos, Educação e Interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença”, Candau (2008) procurou identificar e enumerar alguns dos desafios que a sociedade deverá enfrentar para promover uma educação intercultural em perspectiva crítica e emancipatória, que respeite e promova os DH.

A autora agrupou os trabalhos em torno dos seguintes núcleos: necessidade de desconstrução, tentando desconstruir a naturalização de muitos preconceitos e discriminações; articulação entre igualdade e diferença no nível das políticas educativas, assim como das práticas pedagógicas; resgate dos processos de construção das identidades culturais; e a promoção de experiências de interação sistemática com os “outros”.

Tavares (2007) ressalta ainda que a formação dos educadores em Direitos Humanos apresenta duas condições essenciais: a primeira está relacionada a uma prática pedagógica consentânea com o respeito ao ser humano; e a segunda se refere a uma educação a qual garanta a interdisciplinaridade e a multidimensionalidade que envolve a temática. Dessa forma será enfatizado o desenvolvimento da consciência crítica, por meio da valorização daquilo que é construído e não simplesmente transmitido como pronto e acabado.

3. METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos técnicos esta pesquisa se caracteriza como quantitativa e descritiva, levando em conta a revisão de Literatura. Para Gil (2008), as pesquisas descritivas têm por objetivo a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno. Leite Filho (2006) vai de encontro apontando que o tipo descritivo visa descrever as características de autores e publicações. O caráter bibliográfico fica evidente, visto que é desenvolvido com base em material já elaborado (GIL, 2008).

No desenvolvimento da presente pesquisa foi utilizada a bibliometria, pois como aponta Yoshida (2010), é uma metodologia de contagem acerca de um campo bibliográfico, através da busca por publicações nas bases de dados científicas e acadêmicas, quando utilizados termos descritores.

A bibliometria é um método estatístico o qual possibilita mapear e gerar indicadores de tratamento e gestão da informação e do conhecimento, bem como um instrumento quantitativo, contribuindo para a tomada de decisão nas áreas estudadas (GUEDES e BORSCHIVER, 2015).

A pesquisa bibliométrica pode ser subdividida em três áreas: o campo da investigação bibliométrica básica; a bibliometria utilizada por pesquisadores de diversas áreas, dentro das suas especialidades, denominada aplicada; e a bibliometria voltada para os gestores e a política, visando avaliar as estruturas institucionais da ciência, sejam elas nacionais ou regionais (GLÄNZEL, 2003).

Com o objetivo de elaborar parâmetros bibliométricos da produção científica sobre Educação e Direitos Humanos na base de dados da biblioteca eletrônica *SciELO* a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”, foram encontrados 71 artigos. Em diálogo com o orientador decidimos fazer análise por amostragem, selecionando 40 dos 71 artigos disponibilizados pela biblioteca eletrônica supra citada.

Para facilitar a análise dos dados, foi desenvolvido um banco de dados no Microsoft Office Excel 2010. Esse banco de dados foi composto por uma Planilha Geral (PG), dentro da qual os artigos foram numerados em ordem crescente. Nessa planilha foram identificados: o número de autores por artigo; sexo; titulação acadêmica atual dos/as autores/as; região à qual os/as autores/as estavam vinculados/as; a tipologia de pesquisa adotada; o número de referências por artigo; se essas são nacionais ou internacionais; o ano de publicação do trabalho; e as temáticas abordadas.

Com o suporte dessa Planilha, foi verificado se os/as autores/as possuíam o Currículo Lattes no portal do CNPq, estratégia essa que permitiu investigar a titulação dos/as autores/as não no ano em que o artigo foi publicado, mas considerando a titulação durante esse levantamento de dados, conferida na data da consulta ao site do CNPq, bem como a unidade federativa à qual os/as autores/as estão vinculados e também a localização institucional de cada um.

Com o objetivo de reconhecer as características da produção científica no período analisado, num primeiro momento foi necessário compatibilizar as temáticas em grupos de análise, com o intuito de diminuir a diversidade de temas específicos, através da separação em categorias mais amplas.

Para tanto, a análise temática foi realizada com base nos títulos, resumos e palavras-chave. Nos artigos em que não foi possível identificar através destes elementos, efetuou-se a leitura da introdução, metodologia e conclusão dos trabalhos para se chegar a uma conclusão.

4. RESULTADOS

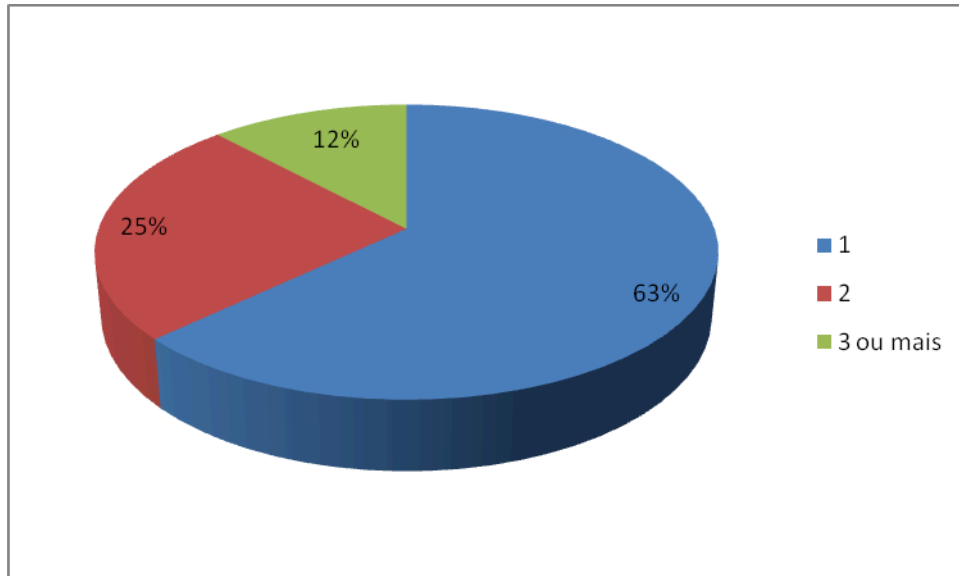
Após o levantamento dos 40 artigos na base de dados da biblioteca eletrônica *SciELO*, foi observado um total de 65 autores, perfazendo uma média de 1,6 autores por artigo. A maioria dos artigos foi escrito por apenas um/a autor/a, totalizando 25 trabalhos ou 63% da amostra, 10 estudos com 2 autores, representando 25% da amostra e 5 trabalhos com mais de 3 autores, implicando em 12% (Figura 01). Por outro lado, Bajerski e Corte (2013) encontraram em seus resultados uma predominância para artigos publicados com 2 autores.

Ensslin e Da Silva (2008) e encontraram em suas análises sobre os congressos USP e UFSC que a maioria dos trabalhos publicados foram escritos por 2 autores, tanto em um quanto em outro, assim como Pereira e Lourenço (2012).

Ao efetuar uma análise bibliométrica nas publicações da área de Contabilidade no período de 2004 a 2006, Leite Filho (2006) obteve como resultados em relação ao perfil dos autores que nos veículos de publicação *EnAmpad* e Congresso USP a maioria dos trabalhos foram escritos por 2 autores, e, por outro lado, na Revista USP e na UnB Contábil a maior expressividade ficou com os trabalhos de um autor.

Na pesquisa de Pizzani, Silva e Hayashi (2008) com o objetivo verificar a presença da área de Educação Especial na base de dados Medline, 66% da amostra dos artigos objeto de análise foram escritos em parceria, não especificando se com 2 ou mais autores.

FIGURA 01. Número de autores observados nos 40 artigos científicos obtidos na base de dados da biblioteca eletrônica *SciELO* a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”.

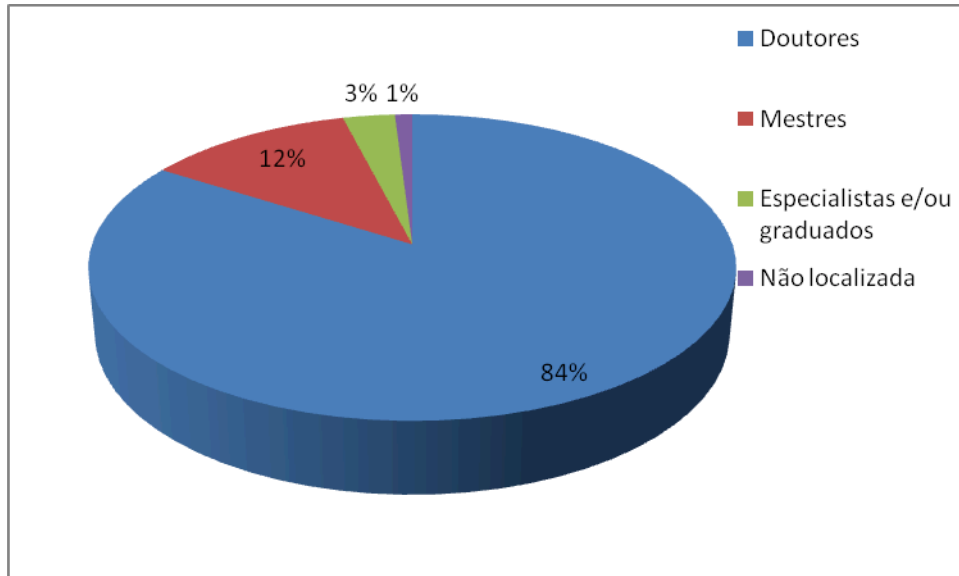


No tocante ao sexo dos/as autores/as, observou-se que a maioria é do sexo feminino, com 60% da amostra e, conseqüentemente, com 40% dos autores do sexo masculino. Desse modo fica evidente uma maior participação das mulheres quanto a produção científica na área de Educação em Direitos Humanos, diferentemente dos achados por Bajerski e Corte (2013) e Ensslin e Da Silva (2008), nos quais a maioria dos artigos foram escritos por homens.

Leite Filho (2006), ao analisar 4 veículos de publicação no campo da Contabilidade confirmou a diferença quanto ao sexo predominante dos autores, ao encontrar uma predominância de homens, com uma média geral que totalizou 70,8%.

No que se refere à titulação acadêmica, foi constatado 40 doutores dentre os 65 do total de artigos analisados, representando 62%. Em seguida, os/as autores/as PhD com 22%, Mestrado com 12%, outros, incluindo Especialização ou graduação, 3%, e apenas 1% não foi localizado (Figura 02). Autores com a titulação de Doutorado também foram maioria na pesquisa de Bajerski e Corte (2013) e Ensslin e Da Silva (2008).

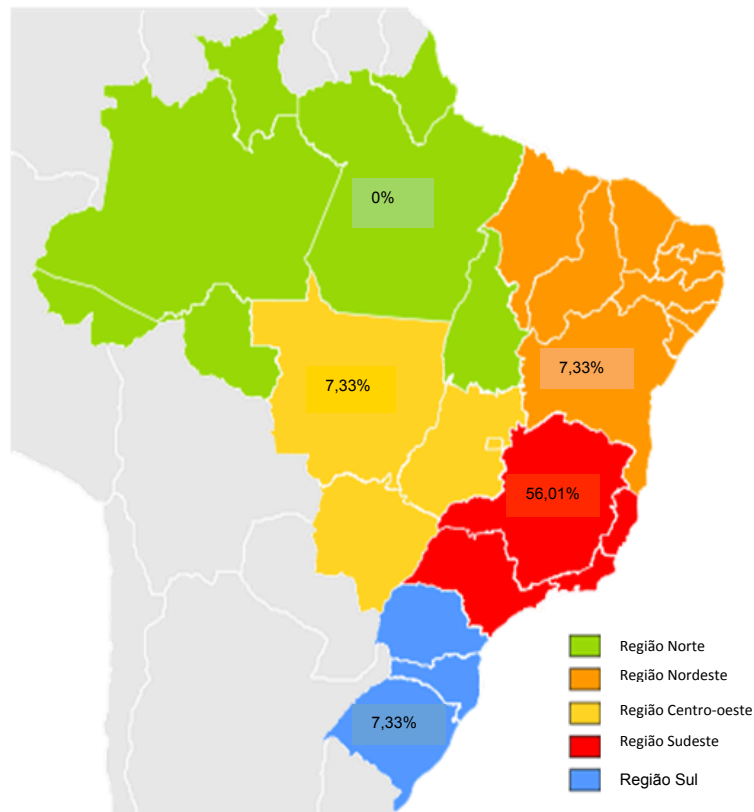
FIGURA 02. Titulação dos autores encontrados nos 40 artigos científicos obtidos na base de dados da biblioteca eletrônica *SciELO* a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”.



Diante da busca pela localização dos autores hodiernamente através do Currículo Lattes, verificou-se que 56,01% encontram-se situados no sudeste, 7,33% na região nordeste, 7,33% no centro-oeste, 7,33% na região sul, e nenhum autor da região norte do Brasil (Figura 03). Num estudo cujo objetivo foi traçar o perfil dos artigos publicados na Revista de Administração Pública em 2012, Bajerski e Corte (2013) também relataram em seus resultados que a região sudeste concentrou com a maior quantidade de autores por edição e também no geral.

No trabalho desenvolvido por Ensslin e Da Silva (2008) também houve uma predominância de autores da região sudeste do Brasil, mas somente nos congressos da USP. No caso dos congressos da UFSC, a prevalência da região dos autores ficou na região sul, provavelmente, de acordo com o referido estudo, pela localização da Universidade.

FIGURA 03. Localização dos autores nos 40 artigos científicos obtidos na base de dados da biblioteca eletrônica *SciELO* a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”.



Fonte: Mapa adaptado a partir da imagem disponível em <http://geografiadotiomota.blogspot.com.br/>. Acesso em: 03/05/2015.

Os autores do exterior, incluindo países como Estados Unidos da América, Portugal, Londres, Argentina e Irlanda, representaram 22% da amostra, revelando a grande participação de pesquisadores nas publicações da revista eletrônica Scielo.

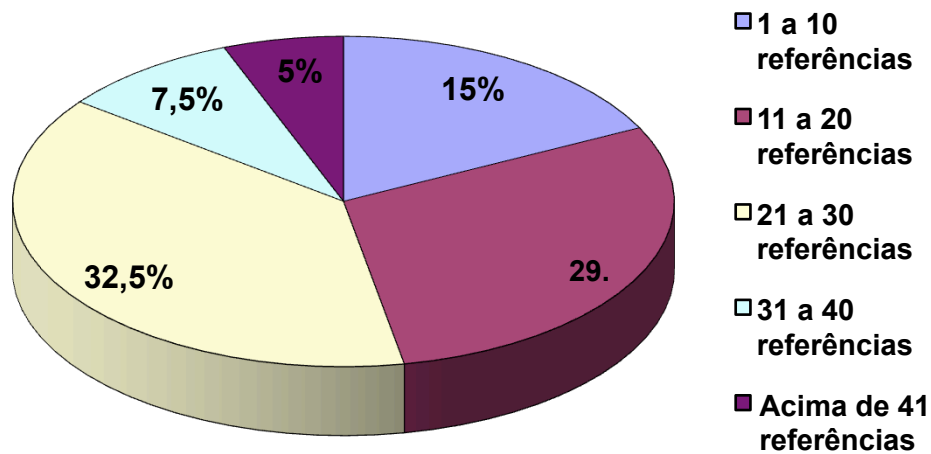
Em relação à tipologia de pesquisa, foi avaliado apenas o enquadramento em 2 categorias: qualitativa, quantitativa, as quais foram discutidas por Günther (2006), e foi encontrado um número expressivo de artigos com a característica qualitativa, 98% da amostra.

Diferentemente desse resultado, Pereira e Lourenço (2012) ao analisarem artigos tratando do transtorno de ansiedade social em universitários, concluíram que todos os estudos se enquadraram na classificação quantitativos, com estudos empíricos.

As referências de todos os artigos totalizaram 734, perfazendo uma média de 18,35 referências por artigo. A maior quantidade de referências encontrada em apenas um artigo foi 42, sendo que 5 trabalhos não apresentaram nenhuma. Os artigos que computaram de 1 a 10 referências representaram 15%; de 11 a 20

(25%); 21 a 30 (32,5%); 31 a 40 (7,5%); e acima de 41 referências 5% da amostra. Fica evidente que a maior quantidade de artigos está situada na faixa entre 21 e 30 referências (Figura 04).

FIGURA 04. Quantidade de referências nos 40 artigos científicos obtidos na base de dados da biblioteca eletrônica *SciELO* a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”.

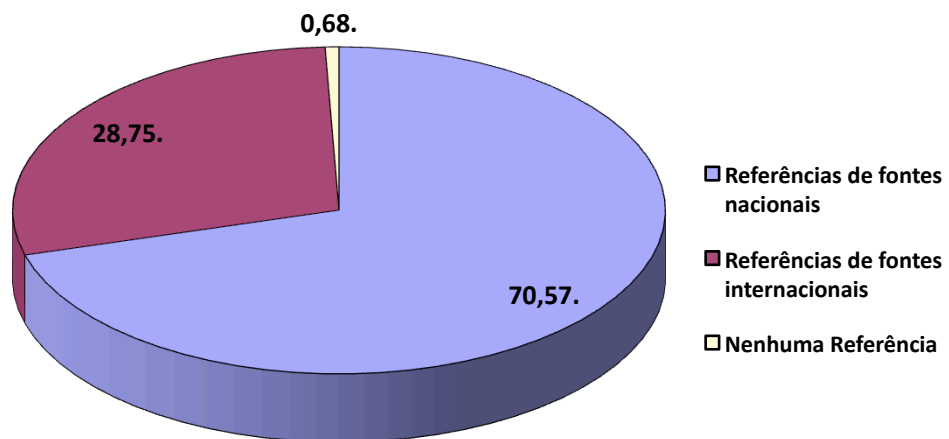


Ainda sobre as referências, das 734 do total de 40 artigos analisados, 518 são de fontes nacionais, representando 70,57%, 211 de origem internacional, o que exibe 28,75% e 5 artigos não apresentaram nenhuma, evidenciando 0,68% (Figura 05). Esses números revelam a grande produção nacional na área da Educação em Direitos Humanos e, mais que isso, a importância dessas teorias e estudos para a comunidade acadêmica brasileira e externa. Foi interessante observar que tanto os artigos nacionais quanto os internacionais citaram obras do Brasil e também de fora dele.

Na pesquisa de Ensslin e Da Silva (2008) nos congressos USP (2004) e UFSC (2007) os dados apresentaram um percentual de obras nacionais maior do que o de obras internacionais, ainda que nos congressos USP a literatura internacional tenha sido mais freqüente.

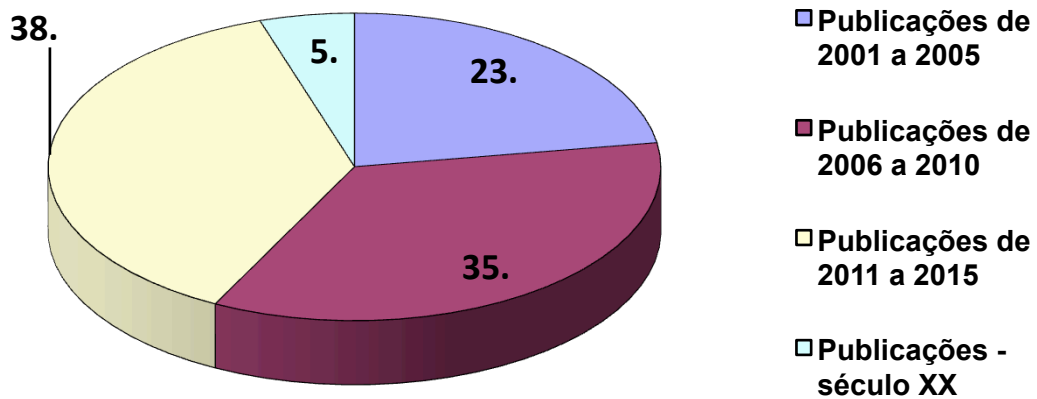
No artigo apresentado por Bajerski e Corte (2013) a média geral de referências por artigo foi de 39,09, considerando as 6 edições da Revista de Administração Pública em 2012, num total de 71 artigos.

FIGURA 05. Fontes das referências dos 40 artigos científicos obtidos na base de dados da biblioteca eletrônica *SciELO* a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”.



Em relação ao ano de publicação dos trabalhos avaliados nesse estudo, apenas 2 deles estavam datados no século passado, sendo que um deles de 1985. No período de 2001 a 2005 foram publicados 9 artigos, representando 22,5% da amostra; de 2006 a 2010 foram encontrados 14 artigos, ou 35% do total; de 2011 a 2015 15 artigos, ou 37,5% da amostra do presente estudo (Figura 06).

FIGURA 06. Ano de publicação dos 40 artigos científicos obtidos na base de dados da biblioteca eletrônica *SciELO* a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”.

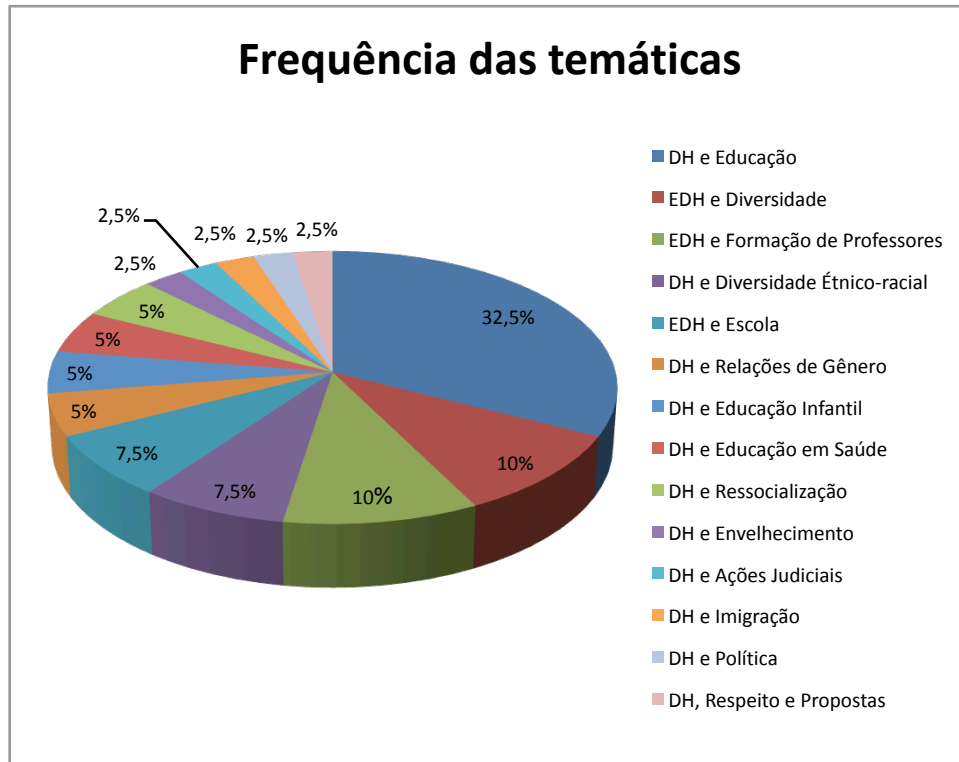


A análise das temáticas presentes nos artigos levou ao enquadramento das publicações em 14 categorias: Direitos Humanos e Educação (32,5%); Educação em Direitos Humanos e Diversidade (10%); Educação em Direitos Humanos e Formação de Professores (10%); Direitos Humanos e Diversidade Étnico-racial (7,5%); Educação em Direitos Humanos e Escola (7,5%); Direitos Humanos e Relações de Gênero(5%); Direitos Humanos e Educação Infantil (5%); Direitos Humanos e Educação em Saúde (5%); Direitos Humanos e Ressocialização (5%); Direitos Humanos e Envelhecimento (2,5%); Direitos Humanos e Ações Judiciais (2,5%); Direitos Humanos e Imigração (2,5%); Direitos Humanos e Política (2,5%); e Direitos Humanos, Respeito e Propostas (2,5%).

Diante dos dados expostos fica evidente que a maior concentração temática ficou com Direitos Humanos e Educação (32,5%), no entanto houve uma distribuição das demais sem grandes concentrações. No estudo de Vanz (2012), a autora não encontrou nenhuma temática com expressiva concentração, ao passo que todas as que foram identificadas resultaram em poucos artigos enquadrados.

Ao investigar as características de 1.022 publicações sobre Inovação Sustentável na base de dados Web of Science, Kneipp (2011) levantou as 25 principais áreas temáticas e constatou um aumento gradual da produção científica, em especial nas seguintes áreas temáticas: Gestão, Ciências Ambientais e Negócios.

FIGURA 07. Análise temática dos 40 artigos científicos obtidos na base de dados da biblioteca eletrônica *SciELO* a partir do descritor “Educação e Direitos Humanos”.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo acerca do perfil dos artigos sobre EDH na base de dados da biblioteca eletrônica *SciELO* percebe-se uma grande concentração dos autores na região sudeste do Brasil, revelando a baixa participação das demais. Além disso, foi interessante observar que a quantidade de autores estrangeiros superou a quantidade somando as regiões sul, nordeste e centro-oeste.

Vale destacar que a maioria dos trabalhos foi escrito por um autor e que grande parte deles são doutores ou já possuem ao menos um PhD. Diante dessas informações percebe-se que a maioria dos/as estudiosos que publicam na área da EDH possuem uma expressiva bagagem no contexto da pesquisa, demonstrando a alta qualificação e dedicação ao estudo, o que enriquece sobremaneira as análises e discussões.

A superioridade absoluta de artigos classificados como qualitativos revela o alto grau de análise e ênfase na totalidade dos indivíduos, da troca entre pessoas, fatos e locais, objetivando extrair desse convívio os significados visivelmente perceptíveis e aquelas menos claros, ficando com o autor a tarefa de interpretar e traduzir em um texto com toda a cientificidade possível para garantir confiabilidade acadêmica (CHIZZOTTI, 2003).

Evidentemente que a quantidade de referências utilizadas num artigo não implicará necessariamente em qualidade e confiabilidade científica, no entanto essa investigação encontrou um número elevado somando-se todos os artigos. O fato de terem sido encontrados artigos sem referência demonstra a importância desses autores nesse cenário diante da sua formação e participação ativa no campo dos Direitos Humanos.

Em relação ao ano de publicação, ficou clara a atualidade dos artigos, visto que apenas dois deles datam do século passado, e a maioria foi aprovada pela revista no período entre 2011 e 2015. Tal fato revela que os estudos no campo da Educação em Direitos Humanos são recentes, visto que até então o foco das pesquisas estava mais voltada para os Direitos Humanos em geral.

Os livros e textos clássicos são elementares, todavia a atualização das abordagens, reflexões e discussões diante das mudanças ocorridas na sociedade em distintos contextos deve fazer parte das áreas do conhecimento, incluindo a Educação em Direitos Humanos.

A análise temática deixou claro a baixa concentração de artigos com temas na mesma classificação, ficando em evidência apenas a categoria Direitos Humanos e Educação (32,5%). Sendo assim, conclui-se que nos artigos analisados os autores não seguiram nenhuma tendência na produção de seus textos, fato que contribui sobremaneira com as discussões em torno dos Direitos Humanos e, mais especificamente, da Educação em Direitos Humanos.

6. REFERÊNCIAS

ADAMS, José Rodrigo Barth. **Educação em Direitos Humanos: ótica do pardal ou visão de águia? Um estudo sobre a política Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Dissertação – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/93647/283435.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06/03/2015.

BAJERSKI, Andrei Eduardo; CORTE, Bruna Dala. Um Estudo sobre a Produção Acadêmica da Revista de Administração Pública de 2012. Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, 2013. Disponível em: http://www.google.com.br/url?q=http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Andrei_Eduardo_Bajerski.pdf&sa=U&ei=tUygVYH9BMKJwgS04LigAg&ved=0CBoQFjAB&sig2=WIUL_cOgAHHQPm-wNYrk9Q&usq=AFQjCNHQ7mJZgZnJBmWMYgYihXZ6xLP_Zg. Acesso em: 10/07/2015.

BENEVIDES, Maria Victoria. **"Educação em direitos humanos: de que se trata."** São Paulo: UNESP (2003): 309-318. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=BpQVrSkz144C&oi=fnd&pg=PA309&dq=Educa%C3%A7%C3%A3o+em+direitos+humanos&ots=VI8rVZ8XoO&sig=zZqBcQ8mv79WB9EUDNmhmkdZsXw#v=onepage&q=Educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20direitos%20humanos&f=false>. Acesso em: 06/03/2015.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Tradução Carlos Nelson Coutinho: apresentação de Celso Lafer. Nova edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 7ª reimpressão. Disponível em: <https://direitofma2010.files.wordpress.com/2010/05/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf>. Acesso em: 24/03/2015.

CHIZZOTTI, Antonio. **"A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios."** *Revista Portuguesa de Educação*. Vol. 16, nº2, (2003): 221-236. Disponível em: http://200.17.83.38/portal/upload/com_arquivo/1350495029.pdf. Acesso em: 19/03/2015.

CLAUDE, Richard Pierre. **"Direito à educação e educação para os direitos humanos."** *Revista Internacional de Direitos Humanos*, a 2 (2005). Disponível em: <http://conectas.org/Arquivos/edicao/pdfs/edicao-201421015163982725554542.pdf#page=37>. Acesso em: 10/03/2015.

DIAS, Adelaide Alves. **"Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo."** Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. Brasília: Editora Universitária/UFPB (2007). Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/26_cap_3_artigo_04.pdf. Acesso em: 06/03/2015.

ENSSLIN, Sandra Rolim; DA SILVA, Beatriz Maurilia dos Santos. **Investigação do Perfil dos Artigos Publicados nos Congressos de Contabilidade da USP e da UFSC com ênfase na iniciação científica.** RCO – Revista de Contabilidade e Organizações - FEARP/USP, v. 2, n. 3, p. 113 - 131 mai./ago. 2008. Disponível em: <http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/34>. Acesso em: 10/07/2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: http://www.proppi.uff.br/turismo/sites/default/files/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_oco_antnio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 17/05/2014.

GLÄNZEL, Wolfgang. **Bibliometrics as a research field.** Retrieved May, v. 25, p. 2006, 2003. Disponível em: http://www.cin.ufpe.br/~ajhol/futuro/references/01%23_Bibliometrics_Module_KUL_BIBLIOMETRICS%20AS%20A%20RESEARCH%20FIELD.pdf. Acesso em: 10/07/2015.

GUEDES, Vânia L. S.; BORSCHIVER, Suzana. **Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica.** Disponível em: http://www.google.com.br/url?q=http://www.feg.unesp.br/~fmarins/seminarios/Material%2520de%2520Leitura/Bibliometria/Artigo%2520Bibliometria%2520%2520Ferramenta%2520estat%2520Estica%2520VaniaLSGuedes.pdf&sa=U&ei=izWgVb_EJoWswAS7z6GgCw&ved=0CCQQFjAC&sig2=A9A76tr_8yQBxIEVTJYPYw&usg=AFQjCNEM52PZAtV_zVIPVD2Kkqk028FVA. Acesso em: 10/07/2015.

GÜNTHER, Hartmut. **"Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão."** *Psicologia: teoria e pesquisa*. Vol. 22, nº2, (2006): 201-210. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>. Acesso em: 19/03/2015.

KNEIPP, Jordana Marques et al. Emergência temática da inovação sustentável: uma análise da produção científica através da base de dados web of science. *Revista de Administração da UFSM*, v. 4, n. 3, p. 442-457, 2011. Disponível em: <http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reaufsm/article/view/3755/2606>. Acesso em: 13/07/2015.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro. **Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico.** In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: FEA/USP, 2006. p. 01-14. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v12n2/a11v12n2.pdf>. Acesso em: 17/05/2014.

MAIA, Luciano Mariz. **"Educação em direitos humanos e tratados internacionais de direitos humanos."** *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos.* João Pessoa: Editora Universitária (2007): 85-101. Disponível em: <http://memoriaenelmercosur.educ.ar/wp-content/uploads/2010/04/cap1artigo4.pdf>. Acesso em: 06/03/2015.

PEREIRA, Sabrina Maura; LOURENÇO, Lélío Moura. O estudo bibliométrico do transtorno de ansiedade social em universitários. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 64, n. 1, p. 47-62, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672012000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 10/07/2015.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina; HAYASHI, M. C. P. I. Bases de Dados e Bibliometria: a presença da Educação Especial na base Medline. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 4, n. 1, p. 68-85, 2008. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/05/pdf_643410e1a6_0010566.pdf. Acesso em: 10/07/2015.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. **"Cidadania e direitos humanos."** *Cadernos de pesquisa* 104 (2013): 39-46. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/715/731>. Acesso em: 06/03/2015.

TAVARES, Celma. **"Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar."** *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos.* João Pessoa: Ed. da UFPB (2007): 487-503. Disponível em: <http://www.memoriaenelmercosur.educ.ar/wp-content/uploads/2010/04/cap3artigo7.pdf>. Acesso em: 10/03/2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA (UFPB). **Direitos Humanos: capacitação de educadores** /Maria de Nazaré Tavares Zenaide, et al. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA (UFPR). **Orientações**. Modulo 7. Autores: PFEIFER, Mariana; ADAMS, Jose Rodrigo Barth. Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos. Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.cursos.nead.ufpr.br/mod/resource/view.php?id=159223>. Acesso em: 17/05/2014.

VANZ, Samile Andréa de Souza. A Bibliometria no Brasil: Análise Temática das Publicações do Periódico Ciência da Informação (1972-2002). 2012. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/300>. Acesso em: 13/07/2015.

YOSHIDA, Nelson D. Análise Bibliométrica: Um Estudo Aplicado a Previsão Tecnológica. Futures Studies Research Journal Trends and Strategies. São Paulo, v. 2, n. 1, pp. 52 - 84, Jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?q=http://revistafuture.org/FSRJ/article/download/45/68&sa=U&ei=CjGgVZHUFoSdwgSdzlIDQ&ved=0CByQFjAA&sig2=DRX9XSGRWGysRY7GmXDDcA&usg=AFQjCNGbgam9w8AF2TdX6RVJMrmbn8bpBA>. Acesso em: 10/07/2015.